



INFORMATIVO GIAC 156, de 4 de maio de 2021

Aos membros do Ministério Público brasileiro

Considerando as informações acerca das ações de enfrentamento da Covid-19 e os questionamentos recebidos pelo gabinete, o GIAC COVID-19 tem a informar o que se segue:

Acompanhamento das informações e medidas implementadas pelo Governo Federal no combate à pandemia

Dando continuidade ao compromisso de acompanhar as informações e medidas implementadas para combate à pandemia decorrente do coronavírus, o Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac) acompanhou reuniões promovidas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Confira, a seguir, os resumos dos encontros:

- **Câmara dos Deputados (Comissão de Legislação Participativa)**
 - [Transporte público e pandemia \(30/4/2021 às 14:00\)](#)

- **Senado Federal (Comissão Temporária Covid-19)**
 - [Debate sobre o Plano Nacional de Imunização e o cumprimento dos respectivos prazos, bem como acerca da situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à pandemia \(3/5/2021 às 10:00\)](#)

Fonte: Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

ADI 6670: Atendendo a pedido da PGR, STF suspendeu eficácia de norma editada pelo Estado de Rondônia que reduziu os recursos destinados à saúde

Acolhendo pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu, por unanimidade, a eficácia de dispositivo da Constituição de Rondônia que reduziu pela metade o montante dos recursos de execução obrigatória destinados a ações e serviços públicos de saúde (ASPS). A decisão liminar foi em julgamento da medida cautelar proposta pelo Procurador-Geral da República, Augusto Aras, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.670. A votação, por meio do Plenário Virtual, foi encerrada na sexta-feira (30).

No pedido de medida cautelar, Aras destacou a necessidade de suspensão imediata do dispositivo questionado, tendo em vista o "quadro de calamidade da saúde pública gerado pela epidemia de covid-19". De acordo com ele, a norma representa óbice ao reduzir para a metade o montante das emendas

parlamentares de execução obrigatória vinculadas às ASPS. O relator da ADI, Ministro Gilmar Mendes, também citou no voto a emergência sanitária causada pela pandemia da Covid-19. Segundo ele, a norma de Rondônia pode representar risco de agravamento da crise sanitária "dada a possibilidade de redução do orçamento destinado às políticas de saúde comparativamente ao regramento constitucional estabelecido para a matéria".

Íntegra

[Petição Inicial \(ADI 6670\)](#)

Texto com adaptações: Secretaria de Comunicação Social da Procuradoria-Geral da República

Operação Et Caterva: MPF/MT ofereceu denúncia contra acusados de perpetrar fraudes em saques do Auxílio Emergencial

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria da República em Mato Grosso, ofereceu denúncia contra sete pessoas, entre eles um funcionário da Caixa Econômica Federal de Goiás e um servidor do Tribunal Regional Eleitoral no estado (TRE/MT), por fraudes em saques do Auxílio Emergencial. A organização criminosa, desarticulada por meio da Operação Et Caterva, chegou a sacar mais de 1.570 auxílios emergenciais utilizando CPFs falsos, totalizando montante de aproximadamente R\$ 1,3 milhão de prejuízo aos cofres públicos.

Os acusados foram denunciados por formação de quadrilha, por terem cometido estelionato por 1.570 vezes, inserção de dados falsos em sistemas de informação, corrupção passiva, ativa e violação de dever funcional por 6.296 vezes, tendo como agravantes motivo torpe; abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão e em momento de calamidade, que é o caso atual da pandemia decorrente da Covid-19.

Na denúncia, o MPF/MT ainda requereu a manutenção das prisões preventivas dos denunciados, já que há provas de materialidade e autoria suficientes e não apenas indícios. No documento, que tramita sob sigilo, são apresentados trechos de conversas entre os acusados por meio de aplicativo de mensagens nas quais eles combinam como serão feitos os saques e a divisão dos valores.

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público Federal em Mato Grosso

PRM em Erechim e PRT em Passo Fundo expediram recomendação com orientações para o retorno das aulas presenciais

O Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Ministério Público Federal (MPF) no Rio Grande do Sul, por meio da Procuradoria do Trabalho em Passo Fundo e da Procuradoria da República em Erechim, expediram recomendação conjunta para 74 escolas de Passo Fundo com orientações a respeito da volta às aulas presenciais e da fiscalização para garantir a proteção dos profissionais de educação e dos estudantes. O documento é assinado pela procuradora do MPT/RS em Passo Fundo, Priscila Dibi

Schvarcz, e pela procuradora do MPF em Erechim Leticia Carapeto Benrdt.

A recomendação tem entre seus objetivos conciliar o retorno autorizado por decreto municipal com medidas de segurança para zelar pela saúde da comunidade escolar.

Íntegra

[Recomendação](#)

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul

[Após recomendação emitida pela PRM São João da Boa Vista/SP, indígenas de Mogi Mirim/SP receberam doses da vacina contra a Covid-19](#)

A prefeitura de Mogi Mirim (SP) acatou recomendação expedida pela Procuradoria da República no Município de São João da Boa Vista/SP e aplicou doses da vacina contra a Covid-19 em 57 indígenas que vivem na municipalidade. Eles não habitam aldeias e, por isso, ainda não haviam sido incluídos nos grupos prioritários da vacinação. A imunização ocorreu no último sábado (1º).

Estudos científicos já demonstraram a grande vulnerabilidade dos indígenas à Covid-19 também em áreas que não sejam os territórios reconhecidos e demarcados. Uma pesquisa do Centro de Pesquisas Epidemiológicas da Universidade Federal de Pelotas (Ufpel), por exemplo, apontou que a prevalência do coronavírus entre os indígenas em meios urbanos é de 5,4%, entretanto, tal índice entre a população branca nos mesmos locais é de 1,1%.

Íntegra

[Recomendação nº 2/2021](#)

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público Federal em São Paulo

[Anvisa alerta aos profissionais de saúde sobre as recomendações de armazenamento, preparo, dose e administração das vacinas CoronaVac/Butantan, Fiocruz/AstraZeneca e Comirnaty/Pfizer](#)

Com o objetivo de minimizar a ocorrência de erros durante o processo de vacinação contra a Covid-19, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou alerta direcionado aos profissionais de saúde sobre as diferenças de armazenamento, preparo, dose a ser utilizada e administração das vacinas CoronaVac/Butantan, Fiocruz/AstraZeneca e Comirnaty/Pfizer. Segundo a autarquia, treinamento dos trabalhadores da área da saúde, dupla-verificação, além da participação ativa do cidadão são, também, fatores capazes de mitigar consideravelmente falhas relacionadas à aplicação dos imunizantes.

Íntegra

[Alerta da Anvisa para diferenças no processo de vacinação dos imunizantes contra a Covid-19](#)

Atualizadas as medidas sanitárias a serem adotadas em portos e embarcações

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou, na terça-feira (4), a [Nota Técnica nº 5/2021/SEI/GQRIS/GGPAF/DIRE5/ANVISA](#) para atualizar as medidas sanitárias a serem adotadas em portos e embarcações em resposta à pandemia decorrente do novo coronavírus. De acordo com o órgão, a publicação apresenta requisitos mínimos para redução do contágio pelo vírus Sars-Cov-2, causador da Covid-19. Contudo, havendo mudança do cenário epidemiológico, ações mais restritas poderão ser empregadas.

Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Conasems disponibilizou lista com todas as edições do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19

O Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) disponibilizou, na semana passada, lista com as seis edições publicadas do Plano Nacional de Operacionalização da vacinação contra a Covid-19 (PNO).

O PNO tem como objetivo apoiar as unidades federativas e municípios no planejamento e operacionalização da imunização contra o novo coronavírus e resulta do trabalho da Câmara Técnica Assessora em Imunização e Doenças Transmissíveis, integrada por representantes do Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Conasems, outros órgãos governamentais, sociedades científicas, conselhos de classe e especialistas com expertise na área.

Para conferir as edições do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, clique [aqui](#).

Fonte: Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde

Operação Yandex: Polícia Federal deflagrou, na segunda-feira (3), operação para combate às fraudes ao Auxílio Emergencial

A fim de combater as fraudes relacionadas ao Auxílio Emergencial, a Polícia Federal (PF) deflagrou, na última segunda-feira (3), a Operação Yandex. Para cumprimento da ação, foram expedidos quatro mandados de busca e apreensão em Canoas e Parobé, no Rio Grande do Sul, e em Palhoça e Jurerê Internacional, em Santa Catarina.

De acordo com a PF, a operação teve como foco desarticular organização criminosa acusada de fraudar, aproximadamente, três mil benefícios, com prejuízo calculado em R\$ 2 milhões. A investigação foi

iniciada, em maio de 2020, por meio da apreensão de um caderno com CPFs de possíveis beneficiários do auxílio, endereços de e-mail e senhas com indicação de saques e valores.

Fonte: Ministério da Cidadania

Navio da Marinha com 90m³ de oxigênio líquido aportou em Belém para atendimento aos pacientes acometidos pela Covid-19

No último domingo (2), aportou em Belém, o Navio de Apoio Oceânico (NapOc) Purus, pertencente à Marinha. A embarcação transportou tanque com 90 mil m³ de oxigênio líquido da empresa White Martins, destinado ao tratamento de pacientes acometidos pela Covid-19 no Pará e no Amapá: "a operação de apoio logístico começou com o transporte do tanque vazio do porto de Vila do Conde, em Barcarena, no Pará, até o Porto de Pecém, no Ceará, a bordo do Navio-Patrolha Oceânico Araguari, em 22 de abril. No Ceará, o tanque foi abastecido com oxigênio líquido e retornou ao Pará no NApOc "Purus", a fim de dar prosseguimento à distribuição para os locais necessitados", explicou o Ministério da Defesa.

Fonte: Ministério da Defesa

A pedido do INEP, MEC solicitou ao Ministério da Saúde a imunização de profissionais que atuam diretamente na elaboração do Exame Nacional do Ensino Médio

O Ministério da Educação (MEC) encaminhou, na quinta-feira passada (29), ofício ao Ministério da Saúde solicitando que profissionais atuantes na elaboração do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) sejam imunizados contra a Covid-19. O pedido se refere à vacinação de 16 servidores e técnicos de apoio administrativo do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e 23 colaboradores externos.

Segundo o MEC, a solicitação leva em conta a relevância nacional do Enem para as políticas públicas educacionais e a necessidade de garantir a segurança dos profissionais envolvidos na execução do exame.

Fonte: Ministério da Educação

Ministério da Saúde apresentou funcionalidades desenvolvidas pelo Datasus para facilitar o processo de vacinação contra a Covid-19

Em visita aos municípios de Magé/RJ e Mesquita/RJ, nos dias 26 e 27 de abril, o Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Informático do Sistema Único de Saúde (Datasus), apresentou funcionalidades destinadas a facilitar o processo de vacinação contra a Covid-19.

De acordo com a pasta da saúde, as soluções tecnológicas foram desenvolvidas pelo Datasus e permitem registrar as vacinas, como é o caso do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização (SI-PNI), além de possibilitar à população a consulta das informações pessoais sobre vacinas aplicadas e a emissão do Certificado Nacional de Vacinação, funcionalidade oferecida pela Carteira de Vacinação Digital, do aplicativo Conecte SUS Cidadão.

Ministério da Saúde publicou, na terça-feira (4), a autorização de 1.203 leitos de UTI e 253 leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar destinados ao tratamento de pacientes confirmados ou com suspeita de Covid-19

Na terça-feira (4), o Ministério de Saúde publicou as autorizações, em caráter excepcional e temporário, de [1.203 leitos de UTI adulto e pediátrico](#) e [253 leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar \(LSVP\)](#) destinados ao atendimento exclusivo de pacientes confirmados ou com suspeita de Covid-19.

Confira, na seção de atos publicados deste informativo, as portarias editadas pelo órgão.

Situação epidemiológica do novo coronavírus no Brasil

Dados extraídos do sistema Localiza SUS, em 4 de maio de 2021, informam que o Brasil registra 14.779.529 casos de infecção pelo novo coronavírus e 408.622 óbitos decorrentes da doença.

Fonte: Ministério da Saúde

Rcl 46.965: STF suspendeu decisão que permitia a alteração no calendário de vacinação contra a Covid-19 no Rio de Janeiro

Em decisão liminar na Reclamação nº 46.965, sob relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ/RJ) que permitia alterações no calendário de vacinação contra a Covid-19 culminando na antecipação da imunização das forças de segurança, salvamento, forças armadas, guardas municipais e profissionais da educação.

Segundo o relator da ação, os entes federados possuem competência concorrente para adotar providências normativas e administrativas no combate à pandemia, entretanto, a operacionalização da vacinação deve observar evidências científicas e análises estratégicas pertinentes.

Íntegra

[Decisão \(Rcl 46.965\)](#)

Fonte: Supremo Tribunal Federal

Diário Oficial da União

Visando dar publicidade às normas relativas ao enfrentamento do novo coronavírus, confira abaixo alguns atos publicados sobre o tema:

[Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021](#) – dispõe sobre ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19; institui o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e o Programa de Garantia aos Setores Críticos (PGSC); e altera as Leis n os 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 8.212, de 24 de julho de 1991.

[Medida Provisória nº 1.047, de 3 de maio de 2021](#) – dispõe sobre as medidas excepcionais para a aquisição de bens e a contratação de serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia decorrente da Covid-19.

[Portaria GM/MS nº 836, de 29 de abril de 2021](#) – autoriza, em caráter excepcional e temporário, leito de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo Coronavírus (Covid-19), a ser disponibilizado aos estados e municípios.

[Portaria GM/MS nº 837, de 29 de abril de 2021](#) – autoriza, em caráter excepcional e temporário, leito de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo Coronavírus (Covid-19), a ser disponibilizado ao Estado do Paraná e Município de Curitiba.

[Portaria GM/MS nº 839, de 29 de abril de 2021](#) – autoriza leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo Coronavírus (Covid-19), a ser disponibilizado aos estados e Municípios.

[Portaria GM/MS nº 841, de 29 de abril de 2021](#) – torna sem efeito a autorização de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19, do Estado de São Paulo.

[Portaria GM/MS nº 844, de 30 de abril de 2021](#) – autoriza, em caráter excepcional e temporário, leito de

Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo Coronavírus (Covid-19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Município de Teófilo Otoni.

[Portaria GM/MS nº 845, de 30 de abril de 2021](#) – autoriza, em caráter excepcional e temporário, leito de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo Coronavírus (Covid-19), de estados e municípios.

[Portaria GM/MS nº 848, de 30 de abril de 2021](#) – autoriza, em caráter excepcional e temporário, leito de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo Coronavírus (Covid-19), a ser disponibilizado ao Estado do Ceará e municípios.

[Portaria GM/MS nº 851, de 30 de abril de 2021](#) – autoriza leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo Coronavírus (Covid-19), a ser disponibilizado aos estados e municípios.

[Portaria GM/MS nº 853, de 30 de abril de 2021](#) – autoriza, em caráter excepcional e temporário, leito de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo Coronavírus (Covid-19), a ser disponibilizado ao Estado de Sergipe.

[Resolução nº 619, de 28 de abril de 2021](#) – dispõe sobre isenções temporárias relativas ao Serviço de Salvamento e Combate a Incêndio (SESCINC) tendo em vista os impactos da pandemia decorrente da Covid-19.

[Resolução nº 620, de 28 de abril de 2021](#) – considerando os impactos decorrentes da emergência de saúde pública, evidenciada pela classificação da Covid-19 como pandemia pela Organização Mundial de Saúde, concede isenção temporária aos operadores de aeródromos quanto à disponibilização do ponto de controle de acesso de uso exclusivo de funcionários, tripulantes e pessoal de serviço, previstos no RBAC nº 107.

[Resolução nº 704, de 30 de abril de 2021](#) – dispõe sobre aplicação de vacina contra a Covid-19 pelo

farmacêutico, nas campanhas ofertadas por instituições públicas ou privadas durante a pandemia do novo coronavírus.

[Resolução RE nº 1.789, de 3 de maio de 2021](#) – publica a mudança de medicamentos para intubação orotraqueal Covid-19, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 484, de 19 de março de 2021, em virtude da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do novo coronavírus (Sars-CoV-2).

Fonte: Imprensa Nacional

O GIAC permanece à disposição pelo e-mail pgr-gabinetecovid19@mpf.mp.br ou pelo telefone (61) 99173-6539.

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

Fontes de informação atinentes ao novo coronavírus

Ministério Público

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (GIAC) -

<http://www.conexao.mp.br/covid19/>

Conselho Nacional do Ministério Público – https://www.cnmp.mp.br/portal/noticias?o=l.start_date&t%5B%5D=&hash=164b143c45a9dec2205c9ab214b89d333b4e3f4e1c9133427d8ae40f9ab65a170276dba0-fe3e6a555d0e9435de7c21bffd36d96db4e2b26b5a4cf7669ab31a68&q=&w1=after&d1=&w2=before&d2=&tags%5B%5D=758&Search=

Conselho Nacional Procuradores-Gerais – <http://mpbrasileiro-coronavirus.com.br/>

Ministério Público do Trabalho – <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/dia-do-trabalha-dor-conheca-as-aco-es-adotadas-pelo-mpt-durante-a-pandemia-da-covid-19>

Poder Executivo

Agência Nacional de Aviação Civil – <https://www.anac.gov.br/coronavirus>

Agência Nacional de Energia Elétrica – <https://www.aneel.gov.br/noticias-covid-19>

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – <http://www.anp.gov.br/noticias/5678-comunicado-aco-es-da-anp-em-epoca-de-pandemia>

Agência Nacional de Saúde Suplementar – <http://www.ans.gov.br/aans/noticias-ans/coronavirus-covid-19>

Agência Nacional de Telecomunicações – <https://www.anatel.gov.br/institucional/component/content/article/171-manchete/2541-acoes-do-setor-de-telecomunicacoes-no-combate-ao-coronavirus>

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – <http://portal.antaq.gov.br/index.php/importante-coronavirus/>

Agência Nacional de Transportes Terrestres –

http://www.antt.gov.br/salaImprensa/noticias/arquivos/2020/03/Confira_as_acoes_da_ANTT_em_face_do_Covid19.html

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – <http://portal.anvisa.gov.br/coronavirus>

Banco Central do Brasil – https://www.bcb.gov.br/acesoinformacao/medidasdecombate_covid19

Casa Civil – <https://www.gov.br/casacivil/pt-br> e <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/conteudos-coronavirus/noticias-sobre-comunicacao-social>

Casa Civil (Atos Normativos) - <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1MK0syn9T2AbKfzQpchzqRqAEcy6zXAnK5IxO-qALAT4/edit?usp=sharing>

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm

Conselho Administrativo de Defesa Econômica – <http://www.cade.gov.br/coronavirus>

Conselho Nacional de Secretarias Municipais – <https://www.conasems.org.br/covid-19/>

Conselho Nacional de Secretários de Saúde – <http://www.conass.org.br/coronavirus/>

Controladoria-Geral da União – <https://www.gov.br/cgu/pt-br/coronavirus>

Fundo Nacional de Saúde - <https://portal.fns.saude.gov.br/orientacoes-tecnicas/2489-publicada-portaria-que-regulamenta-aplicacao-dos-recursos-de-emendas-parlamentares-preferencialmente-para-o-enfrentamento-ao-coronavirus-covid->

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – <https://www.ipea.gov.br/coronavirus/>

Instituto Nacional de Propriedade Industrial – <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/patente/tecnologias-para-covid-19/ESTUDOS>

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – <https://www4.inmetro.gov.br/coronavirus>

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/mapacontracoronavirus>

Ministério da Cidadania – <http://desenvolvimentosocial.gov.br/covid-19> e <http://blog.mds.gov.br/redesuas/>

Ministério da Defesa – <https://operacaocovid19.defesa.gov.br/>

Ministério da Economia - <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline>

Ministério da Educação -

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=86791

Ministério da Justiça - <https://www.novo.justica.gov.br/news/coronavirus-confira-as-medidas-adotadas-pelo-ministerio-da-justica-e-seguranca-publica>

Ministério de Minas e Energia – <http://www.mme.gov.br/web/guest/covid-19>

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/covid-19>

Ministério das Relações Exteriores – <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/alertas/covid-19-assistencia-a-brasileiros>

Ministério da Saúde – <https://coronavirus.saude.gov.br/>

Ministério da Saúde (Saúde Indígena) - <https://www.saude.gov.br/saude-indigena/>

Ministério do Turismo – <http://www.turismo.gov.br/coronavirus.html>

Planalto – <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-covid-19>

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça – <https://www.cnj.jus.br/coronavirus/>

Superior Tribunal de Justiça - <http://www.stj.jus.br/sites/portallp/Paginas/STJ-no-Combate-ao-Coronavirus.aspx>

Supremo Tribunal Federal – https://transparencia.stf.jus.br/extensions/app_processo_covid19/index.html

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados – <https://www.camara.leg.br/temas/coronavirus>

Senado Federal – <https://www.senado.leg.br/senado/hotsites/covid/>

Demais instituições

Associações dos Juizes Federais do Brasil – <https://www.ajufe.org.br/imprensa/noticias-covid-19>

Associação dos Magistrados Brasileiros – https://www.amb.com.br/coronavirus-confirma-decisoes-do-judiciario-relacionadas-ao-enfrentamento-da-pandemia/?doing_wp_cron=1586478574.7145249843597412109375

Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – <https://www.anamatra.org.br/imprensa/coronavirus>

Associação Médica Brasileira – <https://amb.org.br/coronavirus/>

Confederação Nacional de Municípios – <https://www.cnm.org.br/criises/principal/coronavirus/todos/1>

Conselho Federal de Farmácia – <http://covid19.cff.org.br/>

Conselho Federal de Medicina – <http://portal.cfm.org.br/>

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – <https://www.enfam.jus.br/portal-covid19/repositorio/>

Fundação Oswaldo Cruz – <https://portal.fiocruz.br/coronavirus>, <https://covid-19.procc.fiocruz.br/> e <https://unidos.fiocruz.br/>

Organização Mundial de Saúde - <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>

Organização Pan-Americana de Saúde – <https://www.paho.org/bra/> e https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - <http://www.oecd.org/coronavirus/en/>

Rede Covida – <https://covid19br.org/>

Tribunal de Contas da União – <https://portal.tcu.gov.br/coopera/>